
SEDUC-PA

▼

**Analista de Suporte
Educacional – Serviço Social**



SL-221AG-26
7901183007431

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	7
2. Organização estrutural dos textos	10
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	13
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. Tipos textuais, características específicas de cada tipo.....	19
5. Textos literários e não literários.....	28
6. Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa	28
7. Norma culta	32
8. Pontuação e sinais gráficos	34
9. Tipos de discurso	36
10. Registros de linguagem.....	38
11. Funções da linguagem. Elementos dos atos de comunicação	41
12. Estrutura e formação de palavras	45
13. Formas de abreviação.....	48
14. Classes de palavras, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	51
15. Modalizadores	60
16. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	61
17. Os dicionários: tipos e organização de verbetes.....	63
18. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e latinismos	67
19. Ortografia.....	70
20. Acentuação gráfica.....	74
21. Crase	76

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas; Proposições; Conectivos; Negação; argumentos e inferências.....	83
2. Equivalências	86
3. Sequências lógicas e reconhecimento de padrões	89
4. Diagramas lógicos e de Venn	91
5. Classificação, ordenação e associação de informações	94
6. Resolução de situações-problema; raciocínio quantitativo envolvendo razão, proporção, porcentagem, médias e regra de três simples.....	96
7. Interpretação e análise de tabelas, gráficos e indicadores	99
8. Princípios básicos do pensamento computacional aplicados à resolução de problemas.....	101

Atualidades

1. Aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do estado do Pará na contemporaneidade; formação territorial, organização político-administrativa, dinâmica populacional e processo de urbanização; diversidade cultural, patrimônio material e imaterial, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais. desenvolvimento econômico, atividades produtivas, infraestrutura, logística, integração regional e inserção do estado na amazônia e no cenário nacional; recursos naturais, biodiversidade, sustentabilidade, mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável; indicadores sociais, educação, saúde, segurança pública, trabalho, inclusão social e qualidade de vida; Políticas públicas, desafios do desenvolvimento regional, cidadania e direitos humanos. acontecimentos, fatos, temas e debates contemporâneos de relevância social, econômica, política, cultural e ambiental relacionados ao estado do Pará	105
2. Direitos humanos.....	109
3. Tecnologia e sociedade: inteligência artificial, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de dados – LGPD), desinformação e fake news	110

Conhecimentos Específicos

Analista de Suporte Educacional – Serviço Social

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.....	133
2. O Serviço Social na contemporaneidade	137
3. Materialismo Histórico-Dialético e a práxis profissional.....	141
4. Questão Social e suas expressões no contexto educacional.....	145
5. Serviço Social, Estado, políticas públicas e direitos sociais	148
6. Serviço Social na política pública de educação	152
7. Lei nº 13.935/2019 e a atuação das equipes multiprofissionais na Educação Básica	156
8. Dimensão educativa, investigativa e técnico-operativa do Serviço Social	157
9. Instrumentos e técnicas do Serviço Social: estudo social, entrevista, visita domiciliar, atendimento social, encaminhamento, elaboração de relatórios, pareceres, laudos e demais documentos técnicos	160
10. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações socioeducativas.....	164
11. Trabalho social com famílias. Relação escola-família-comunidade. Busca ativa, enfrentamento da infrequência e da evasão escolar.....	168
12. Projeto Político-Pedagógico (PPP), gestão democrática, participação social e fortalecimento da permanência e do sucesso escolar	172
13. Trabalho interdisciplinar, intersetorialidade e articulação com a rede de proteção social	175
14. Convivência escolar, cultura de paz, justiça restaurativa, comunicação não violenta, mediação de conflitos, educação em direitos humanos, educação antirracista, promoção da diversidade, inclusão, equidade e acessibilidade	179
15. Prevenção e enfrentamento ao racismo, ao bullying, ao cyberbullying e às diferentes formas de violência e violações de direitos no ambiente escolar	183
16. Proteção integral de crianças e adolescentes e fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade, em consonância com a Política de Convivência Educacional da SEDUC/PA.....	187
17. Ética profissional Código de Ética do Assistente Social. Competências e atribuições profissionais. Sigilo profissional.....	191
18. Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	196
19. Supervisão de estágio	201
20. Lei nº 8.662/1993	205
21. Constituição Federal de 1988	207
22. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996).....	208

ÍNDICE

23. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990)	228
24. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	269
25. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)	288
26. Lei nº 13.935/2019.	298
27. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993).....	299
28. Política Nacional de Assistência Social – PNAS	310
29. Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	315
30. Lei Estadual nº 9.900/2023 e Instrução Normativa nº 09/2023-GAB/SEDUC, referentes à Política de Convivência Educacional e à atuação das equipes multiprofissionais na rede estadual de ensino	317

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS; PROPOSIÇÕES; CONECTIVOS; NEGAÇÃO; ARGUMENTOS E INFERÊNCIAS

► Lógica e raciocínio formal

Objeto de estudo da lógica

A lógica estuda estruturas de raciocínio e critérios que permitem avaliar relações entre afirmações. Em questões de raciocínio lógico, o interesse principal não está necessariamente no assunto tratado pelas frases, mas na forma pela qual elas se relacionam. Assim, duas afirmações sobre temas completamente diferentes podem possuir a mesma estrutura lógica.

Um argumento é formado por premissas, que funcionam como pontos de partida, e por uma conclusão, que se pretende obter a partir delas. A lógica analisa se a conclusão decorre corretamente das premissas. Essa análise deve ser distinguida da simples verificação da verdade factual das frases.

É possível, por exemplo, construir um argumento formalmente válido utilizando premissas falsas. Da mesma forma, um argumento pode apresentar conclusão verdadeira e ainda assim ser logicamente inválido, caso essa conclusão não decorra necessariamente das premissas apresentadas.

► Proposições

Conceito e valor lógico

Uma proposição é uma sentença declarativa à qual se pode atribuir exatamente um dos dois valores lógicos tradicionais: verdadeiro ou falso. A frase “7 é um número primo” é uma proposição verdadeira. Já “10 é menor que 4” é uma proposição falsa.

O aspecto essencial é que a sentença possa receber um valor lógico determinado. O fato de uma proposição ser falsa não impede que ela seja uma proposição.

Nem toda frase constitui proposição. Perguntas, ordens, exclamações e sentenças abertas normalmente não possuem valor lógico determinado. “Feche a porta”, por exemplo, expressa uma ordem. “Qual é sua idade?” é uma pergunta. Já “ $x + 2 = 7$ ”, sem especificação de x , é uma sentença aberta, pois sua verdade depende do valor atribuído à variável.

Proposições simples e compostas

Uma proposição simples apresenta uma única unidade proposicional e não resulta da ligação lógica entre outras proposições. Pode ser representada por letras como p , q e r .

Considere:

p : “Ana estuda.”

q : “Ana trabalha.”

A partir dessas proposições, podem ser construídas proposições compostas, como “Ana estuda e trabalha” ou “Se Ana estuda, então trabalha”. Nesses casos, conectivos lógicos estabelecem relações entre as proposições elementares.

A representação simbólica permite concentrar a análise na estrutura. Assim, “Ana estuda e trabalha” pode ser representada por $p \wedge q$, independentemente do conteúdo concreto das frases.

► Estrutura lógica e linguagem natural

Formalização de sentenças

Formalizar uma sentença consiste em identificar suas proposições simples e os conectivos que as relacionam. Se p significa “Carlos foi aprovado” e q significa “Carlos estudou”, a frase “Carlos estudou e foi aprovado” pode ser representada por $q \wedge p$.

A ordem pode ser relevante em determinados conectivos. Na conjunção, $p \wedge q$ possui o mesmo valor lógico de $q \wedge p$. Já na condicional, $p \rightarrow q$ não possui, em geral, o mesmo significado de $q \rightarrow p$.

Palavras da linguagem cotidiana também podem ocultar estruturas lógicas. Expressões como “mas”, “porém” e “embora”, apesar de apresentarem nuances linguísticas, normalmente funcionam como conjunção em lógica proposicional. A frase “João estudou, mas não foi aprovado” pode ser estruturada como $p \wedge \neg q$.

► Princípios fundamentais da lógica clássica

Identidade, não contradição e terceiro excluído

A lógica proposicional clássica baseia-se em princípios fundamentais. Pelo princípio da identidade, uma proposição mantém sua identidade lógica: p é p .

Pelo princípio da não contradição, uma proposição não pode ser verdadeira e falsa simultaneamente sob a mesma interpretação. Assim, p e $\neg p$ não podem ser ambas verdadeiras.

Pelo princípio do terceiro excluído, uma proposição é verdadeira ou sua negação é verdadeira. Não existe, nesse sistema, uma terceira possibilidade entre verdadeiro e falso.

Esses princípios sustentam a construção das tabelas-verdade e a análise das relações entre proposições.

CONECTIVOS LÓGICOS E PROPOSIÇÕES COMPOSTAS

► Negação e conjunção

Negação

A negação transforma o valor lógico de uma proposição em seu oposto. Se p é verdadeira, $\neg p$ é falsa; se p é falsa, $\neg p$ é verdadeira.

Se p corresponde a “Marcos é médico”, sua negação pode ser expressa por “Marcos não é médico”. A negação deve atingir exatamente o conteúdo afirmado pela proposição original. Inserir simplesmente a palavra “não” em qualquer posição da frase pode produzir uma construção linguisticamente inadequada ou logicamente diferente.

A dupla negação restaura o valor original: $\neg(\neg p)$ é logicamente equivalente a p .

Conjunção

A conjunção é representada por $p \wedge q$ e corresponde, em linguagem comum, à ideia de “ p e q ”. Ela somente é verdadeira quando p e q são simultaneamente verdadeiras.

Se p significa “Lucas estuda” e q significa “Lucas trabalha”, $p \wedge q$ afirma que as duas situações ocorrem. Se qualquer uma delas for falsa, toda a conjunção será falsa.

Expressões como “mas”, “porém”, “além disso” e construções semelhantes podem assumir, em questões formais, valor conjuntivo.

Disjunções

Disjunção inclusiva

A disjunção inclusiva é representada por $p \vee q$ e corresponde ao “ou” que admite a possibilidade de ambas as proposições serem verdadeiras. Ela somente é falsa quando p e q são simultaneamente falsas.

Assim, “Paulo estuda Matemática ou Português” é verdadeira se Paulo estudar apenas Matemática, apenas Português ou ambas as disciplinas, desde que o contexto utilize o “ou” inclusivo.

Disjunção exclusiva

A disjunção exclusiva expressa a ideia de que exatamente uma das alternativas deve ocorrer. Ela é verdadeira quando uma das proposições é verdadeira e a outra falsa, e é falsa quando ambas possuem o mesmo valor lógico.

A linguagem costuma indicar essa estrutura por construções como “ou uma coisa ou outra, mas não ambas”. Portanto, é necessário verificar o contexto antes de interpretar a palavra “ou”.

Condicional

Estrutura “se p , então q ”

A condicional é representada por $p \rightarrow q$. Nessa estrutura, p é denominada antecedente e q , conseqüente.

A condicional possui uma característica fundamental: ela somente é falsa quando o antecedente é verdadeiro e o conseqüente é falso. Nos demais casos, é verdadeira.

Considere a proposição: “Se um número é múltiplo de 4, então é par”. Não ocorre violação da afirmação quando se observa um número que não seja múltiplo de 4. O que tornaria a condicional falsa seria encontrar um número que fosse múltiplo de 4 e não fosse par.

Condição suficiente e condição necessária

Na proposição $p \rightarrow q$, p é condição suficiente para q , enquanto q é condição necessária para p . Dizer “Ser múltiplo de 4 é suficiente para ser par” significa que todo número múltiplo de 4 necessariamente será par.

Por outro lado, ser par é necessário para ser múltiplo de 4, porque nenhum múltiplo de 4 pode deixar de ser par. Isso não significa que todo número par seja múltiplo de 4.

A expressão “ p somente se q ” também corresponde a $p \rightarrow q$. Nesse caso, q é apresentado como condição necessária para p .

Bicondicional

Condição necessária e suficiente

A bicondicional é representada por $p \leftrightarrow q$ e lida como “ p se, e somente se, q ”. Ela é verdadeira quando p e q possuem o mesmo valor lógico e falsa quando possuem valores diferentes.

A bicondicional equivale à ocorrência simultânea de duas condicionais:

$$(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p).$$

Desse modo, cada proposição funciona como condição necessária e suficiente para a outra.

Precedência e agrupamento

Uso de parênteses

Em expressões com vários conectivos, parênteses permitem identificar claramente a estrutura. As expressões $\neg p \wedge q$ e $\neg(p \wedge q)$, por exemplo, são diferentes: na primeira, somente p é negada; na segunda, toda a conjunção é negada.

Quando uma questão apresenta uma fórmula extensa, a identificação do conectivo principal deve preceder a avaliação de seus componentes. Isso evita interpretar como equivalentes estruturas que possuem agrupamentos diferentes.

TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES

Construção de tabelas-verdade

Número de combinações

A tabela-verdade permite verificar o valor lógico de uma proposição composta em todas as combinações possíveis de seus componentes simples.

Se existem n proposições simples independentes, a tabela completa apresenta 2^n linhas. Assim, uma expressão com duas proposições possui 4 combinações; com três proposições, possui 8; com quatro, possui 16.

O procedimento consiste em organizar todas as combinações de verdadeiro e falso e calcular progressivamente os valores das partes da expressão até chegar ao conectivo principal.

P	Q	$P \wedge Q$	$P \vee Q$	$P \underline{\vee} Q$	$P \rightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$
V	V	V	V	F	V	V
V	F	F	V	V	F	F
F	V	F	V	V	V	F
F	F	F	F	F	V	V

ATUALIDADES

ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DO ESTADO DO PARÁ NA CONTEMPORANEIDADE; FORMAÇÃO TERRITORIAL, ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, DINÂMICA POPULACIONAL E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO; DIVERSIDADE CULTURAL, PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATIVIDADES PRODUTIVAS, INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E INSERÇÃO DO ESTADO NA AMAZÔNIA E NO CENÁRIO NACIONAL; RECURSOS NATURAIS, BIODIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; INDICADORES SOCIAIS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA, TRABALHO, INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA; POLÍTICAS PÚBLICAS, DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. ACONTECIMENTOS, FATOS, TEMAS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL, ECONÔMICA, POLÍTICA, CULTURAL E AMBIENTAL RELACIONADOS AO ESTADO DO PARÁ

FORMAÇÃO HISTÓRICA, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARAENSE

► Formação territorial e organização político-administrativa

Processos históricos de ocupação e integração do território

O território paraense resulta de processos históricos marcados pela ocupação colonial da Amazônia, pela presença anterior e permanente de numerosos povos indígenas e pela formação de redes de povoamento articuladas aos rios. Belém consolidou-se como centro político, comercial e administrativo, enquanto outras áreas se estruturaram em torno de missões, atividades extrativas e rotas fluviais. Rios como Amazonas, Tocantins, Xingu e Tapajós conectaram comunidades, núcleos urbanos e zonas de produção, mantendo até hoje grande influência sobre transportes, abastecimento e formas de vida.

Diferentes ciclos econômicos alteraram a ocupação territorial. A economia da borracha, a expansão agropecuária, a mineração, grandes projetos de infraestrutura e a abertura de rodovias criaram novas frentes de povoamento. Na segunda metade do século XX, políticas de integração nacional estimularam a ocupação de áreas próximas a eixos rodoviários e minerais, ampliando a urbanização especialmente no sudeste e oeste do estado. Esse processo combinou oportunidades econômicas com conflitos fundiários, pressão sobre florestas e mudanças nos modos de vida locais.

Estrutura político-administrativa e diversidade regional

O Pará integra a Federação brasileira e organiza-se em municípios com competências locais, enquanto o governo estadual exerce funções relacionadas a planejamento regional, segurança pública, educação, saúde, infraestrutura e outras políticas de alcance supramunicipal. A grande extensão territorial e a diversidade de ambientes naturais tornam a administração pública especialmente desafiadora. Há municípios conectados principalmente por rodovias, outros fortemente dependentes de transporte fluvial e áreas em que longas distâncias elevam os custos de prestação de serviços públicos.

As diferenças entre a Região Metropolitana de Belém, o arquipélago do Marajó, o nordeste paraense, o oeste do estado, a região do Tapajós, o sudeste mineral e outras sub-regiões mostram que o território não é homogêneo. Estruturas econômicas, densidades populacionais, redes urbanas e condições logísticas variam significativamente. Políticas territoriais eficientes precisam considerar essa heterogeneidade, evitando soluções uniformes para realidades sociais, econômicas e ambientais distintas.

► Dinâmica populacional, urbanização e diversidade cultural

Crescimento urbano, mobilidade e redes de cidades

A população paraense distribui-se de maneira desigual. Belém exerce forte centralidade administrativa, econômica, educacional e cultural, enquanto cidades como Ananindeua, Santarém, Marabá, Parauapebas e Castanhal cumprem papéis relevantes em redes regionais. A urbanização resulta do crescimento populacional e de fluxos migratórios ligados a trabalho, educação, serviços e grandes empreendimentos. Em várias áreas, a expansão urbana avançou mais rapidamente que o saneamento, a mobilidade, a habitação e outros serviços.

A urbanização amazônica apresenta características próprias porque cidades e comunidades mantêm intensa relação com rios, florestas, ilhas e áreas rurais. Em muitos municípios, atividades urbanas e rurais se interpenetram, e moradores podem combinar trabalho agrícola, pesca, comércio e prestação de serviços. A conectividade fluvial permanece relevante mesmo onde existem rodovias, sobretudo para comunidades ribeirinhas e localidades insulares.

A comparação entre alguns componentes territoriais ajuda a compreender essas diferenças:

Componente	Característica predominante	Desafio associado
Região metropolitana	Alta concentração de população, serviços e funções administrativas	Mobilidade, saneamento, habitação e desigualdade socioespacial
Eixos rodoviários	Expansão urbana ligada à circulação terrestre e às frentes produtivas	Ordenamento territorial, regularização fundiária e pressão ambiental
Áreas ribeirinhas	Forte dependência dos rios para mobilidade, abastecimento e trabalho	Acesso contínuo a saúde, educação e infraestrutura
Zonas de grandes projetos	Crescimento impulsionado por mineração, energia, logística ou agropecuária	Distribuição de benefícios, conflitos territoriais e serviços urbanos

Essas configurações coexistem e se influenciam. A mesma política de transporte, por exemplo, produz efeitos diferentes em uma metrópole, em uma comunidade insular e em uma cidade conectada a corredores de exportação. O planejamento territorial precisa articular escala estadual, necessidades municipais e participação das comunidades afetadas.

Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais

A diversidade cultural do Pará inclui numerosos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, agricultores familiares e outros grupos que mantêm formas específicas de organização social e relação com o território. Esses grupos não constituem categorias homogêneas: apresentam línguas, memórias, práticas produtivas, identidades, conhecimentos e formas de governança próprias.

Alguns elementos ajudam a compreender a importância social dessa diversidade:

- Território como base material, cultural e simbólica para reprodução da vida coletiva.
- Conhecimentos tradicionais sobre rios, florestas, ciclos das águas, plantas, pesca e manejo de recursos.

- Formas comunitárias de organização, cooperação produtiva, celebração e transmissão de memória.
- Reivindicação de direitos territoriais, acesso a políticas públicas e participação nas decisões que afetam as comunidades.

O patrimônio material inclui edifícios, conjuntos urbanos, objetos e sítios arqueológicos associados à trajetória histórica do estado. O patrimônio imaterial envolve celebrações, saberes, culinária, músicas, danças, religiosidades e práticas transmitidas entre gerações. O Círio de Nazaré e tradições ligadas ao carimbó exemplificam identidades paraenses, mas a diversidade cultural se estende muito além das expressões mais conhecidas. Sua proteção depende de políticas institucionais e da continuidade das comunidades que produzem e atualizam essas práticas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATIVIDADES PRODUTIVAS, INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

► Estrutura produtiva e transformação econômica

Mineração, agropecuária, extrativismo e indústria

A economia paraense combina atividades de grande escala com formas produtivas familiares e comunitárias. A mineração possui peso expressivo, especialmente em áreas do sudeste do estado, onde se destacam cadeias relacionadas a minério de ferro, cobre e outros recursos minerais. Também existem atividades vinculadas à bauxita e à transformação mineral. Esses empreendimentos podem gerar empregos, receitas públicas, exportações e demanda por serviços, mas também produzem desafios relativos a impactos ambientais, uso do território, dependência econômica de commodities e distribuição social dos benefícios.

A agropecuária apresenta forte presença em diferentes regiões. A criação de gado, a produção de grãos, a agricultura familiar, o cultivo de mandioca, cacau, açaí e outras culturas compõem um quadro diversificado. O açaí possui importância econômica e cultural especialmente nas áreas de várzea e estuário, conectando produção tradicional, mercados urbanos, agroindústria e exportação. O cacau tem relevância em áreas do estado e pode ser associado a sistemas produtivos que preservam cobertura vegetal quando manejados de forma adequada.

O extrativismo vegetal, a pesca artesanal e o manejo de produtos florestais continuam fundamentais para muitas comunidades. A valorização desses sistemas produtivos está ligada ao debate sobre bioeconomia amazônica, que busca gerar renda a partir da biodiversidade sem reproduzir padrões de exploração ambiental predatória. Para que a bioeconomia produza benefícios locais, é necessário combinar conhecimento científico, saberes tradicionais, agregação de valor, infraestrutura, acesso a crédito, regularização e repartição justa de ganhos.

Serviços, comércio e economia urbana

Comércio, administração pública, educação, saúde, turismo, transporte, comunicação e outros serviços têm peso relevante, sobretudo nos maiores centros urbanos. Belém concentra funções de comando regional e atividades especializadas, enquanto cidades médias exercem centralidade sobre amplas áreas do interior. A economia urbana também incorpora grande

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA, CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES

A constituição do Serviço Social como profissão no Brasil está profundamente enraizada nas transformações sociais, políticas e econômicas do século XX, principalmente no contexto da emergência da “questão social” como expressão das contradições do modo de produção capitalista. A institucionalização dessa prática profissional não foi neutra: surgiu no entrelaçamento entre os interesses da Igreja Católica, o projeto modernizador do Estado e as demandas da sociedade civil diante das crescentes desigualdades sociais.

► A emergência da questão social e a gênese do Serviço Social

O ponto de partida para compreender o surgimento do Serviço Social como profissão está na “questão social” — conceito central que designa as múltiplas expressões da desigualdade geradas pelo sistema capitalista, como a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e a marginalização social. No Brasil, essas expressões intensificaram-se com a transição de uma sociedade rural e escravocrata para uma sociedade urbana e industrializada no início do século XX.

A urbanização acelerada, combinada com a incipiente industrialização e a concentração de renda, gerou graves problemas sociais, especialmente nas cidades. O Estado e a Igreja passaram a atuar de forma mais organizada para controlar os efeitos dessas contradições, mobilizando práticas assistenciais que buscavam amenizar, sem transformar, as causas estruturais da desigualdade.

Nesse contexto, o Serviço Social emergiu como uma prática voltada à contenção da questão social. Inicialmente vinculado às ações da caridade cristã e da filantropia, o Serviço Social vai progressivamente se profissionalizando, ganhando uma roupagem técnico-científica.

► Influências internacionais e a ação da Igreja Católica

A gênese do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida sem considerar as influências do Serviço Social europeu e norte-americano. Nos Estados Unidos, a profissão se desenvolveu com base em uma perspectiva pragmática, funcionalista e tecnicista, centrada no ajustamento do indivíduo à sociedade.

Já na Europa, especialmente na Alemanha e Bélgica, a prática profissional foi inicialmente vinculada à doutrina social da Igreja Católica, valorizando a promoção moral e espiritual dos pobres.

Essas influências foram fundamentais para a formação do Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir da difusão das encíclicas papais, como *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que denunciavam os abusos do capitalismo, mas rejeitavam o marxismo e a luta de classes, propondo a harmonia entre capital e trabalho. Esse pensamento serviu de base para a atuação da Ação Católica no Brasil e para a criação das primeiras escolas de Serviço Social.

A Igreja Católica teve papel central na organização dos primeiros cursos e na legitimação da prática profissional. O Serviço Social era compreendido como missão de caridade e de promoção da dignidade humana, ancorado em valores cristãos. Essa orientação doutrinária perdurou até a década de 1960, quando começa a ser questionada pelo movimento de reconceitualização da profissão.

► A institucionalização do Serviço Social no Brasil

A década de 1930 marca o início da institucionalização do Serviço Social no Brasil. O processo coincide com importantes transformações políticas e econômicas, como a Revolução de 1930, a ascensão de Getúlio Vargas e a centralização do poder estatal. O novo Estado buscava criar mecanismos de controle social e de integração da classe trabalhadora ao projeto nacional-desenvolvimentista.

Nesse cenário, surgem as primeiras escolas de Serviço Social, a exemplo da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936), seguida por outras instituições em diversas regiões do país. Essas escolas foram, em grande medida, organizadas por grupos católicos, como a Ação Social Católica e a União Internacional das Obras Católicas de Assistência Social (Unioca), com apoio da hierarquia eclesial.

O processo de formação profissional se deu de forma gradual e contou com forte inspiração no modelo norte-americano, especialmente no que diz respeito à adoção dos métodos de caso, grupo e comunidade, com ênfase na intervenção técnico-operacional e na neutralidade científica.

A regulamentação da profissão se concretiza com a promulgação da Lei n. 3.252/1957, que reconhece o Serviço Social como profissão e estabelece normas para seu exercício. Posteriormente, o Decreto n. 994/1962 institui o Código de Ética profissional, e a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social ocorre com a Lei n. 8.662/1993, atual marco legal da profissão.

► **A profissão e a mediação da questão social**

A institucionalização do Serviço Social no Brasil configurou a profissão como mediadora entre o Estado e os sujeitos sociais atingidos pela desigualdade. Embora tenha nascido sob forte influência conservadora e religiosa, a prática profissional foi ganhando contornos mais técnicos e políticos com o tempo.

Desde o início, o Serviço Social foi chamado a lidar com os efeitos da questão social: a pobreza, a marginalização e os conflitos sociais. Sua inserção no aparelho estatal foi orientada tanto pela necessidade de assistência quanto pela função de controle social e moralização dos pobres. Isso gerou tensões permanentes entre a função adaptativa e a função crítica da profissão, que se acentuam com o passar das décadas.

A institucionalização permitiu à profissão conquistar reconhecimento social, espaço de trabalho e relativa autonomia, mas também a inseriu nas contradições do Estado burguês, exigindo constante revisão crítica de suas bases, métodos e objetivos.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida apenas como um avanço técnico ou burocrático, mas como um processo profundamente ligado à história das lutas sociais, à conformação do Estado e à atuação da Igreja. Desde sua origem, a profissão assumiu uma posição de mediação entre os sujeitos sociais e o poder institucional, sendo atravessada por múltiplas influências teóricas, interesses políticos e exigências sociais.

A compreensão desse percurso histórico é essencial para que o/a assistente social compreenda a complexidade de sua prática profissional e possa atuar com criticidade, superando os limites da tradição assistencialista e assumindo um compromisso ético-político com os direitos sociais, a justiça e a transformação das estruturas de dominação social.

A trajetória da profissão revela que sua institucionalização não é um dado acabado, mas um campo em disputa, em que os fundamentos históricos, ideológicos e teóricos se entrelaçam às demandas concretas da sociedade e às possibilidades de emancipação social.

**AS INFLUÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS
E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO: CONTINUIDADE, RUPTURA E
RECONSTRUÇÃO PROFISSIONAL**

A história do Serviço Social no Brasil é marcada por profundas transformações em suas bases teóricas, metodológicas e ético-políticas. Desde sua gênese, ligada ao pensamento conservador e à prática assistencialista da Igreja Católica, até os dias atuais, a profissão percorreu um caminho de crítica e reconstrução de suas formas de atuação. Esse percurso reflete os distintos contextos históricos e sociopolíticos vivenciados pela sociedade brasileira, os quais influenciaram diretamente o modo como os/as assistentes sociais interpretam e intervêm sobre a questão social.

► **Serviço Social tradicional (1930–1960)**

A primeira fase da profissão no Brasil caracteriza-se pela forte influência da doutrina social da Igreja Católica e pelo modelo funcionalista norte-americano. O referencial teórico predominante era o neotomismo, que propunha a harmonia entre as classes sociais e a conciliação entre capital e trabalho. Essa abordagem rejeitava a luta de classes, entendia a pobreza como uma falha moral ou individual, e incentivava a promoção humana com base em valores cristãos.

Características teórico-metodológicas:

- Base moral-religiosa de fundamentação da prática;
- Forte influência do positivismo e da neutralidade científica;
- Ausência de leitura crítica da realidade social;
- Visão da “questão social” como disfunção a ser corrigida;
- Ênfase na adaptação do indivíduo ao meio.

Formas de intervenção predominantes:

- **Serviço Social de caso:** atendimento individualizado, centrado na relação assistente social–usuário, com foco na reabilitação moral e na resolução de problemas pessoais;
- **Serviço Social de grupo:** intervenção com coletivos para promover a integração social e o ajustamento a normas e valores;
- **Desenvolvimento de comunidade:** voltado à organização das comunidades pobres para promover o progresso material e moral, especialmente em áreas urbanas e rurais marginalizadas.

Trata-se de uma fase adaptativa, na qual a prática profissional era voltada para a manutenção da ordem social, sem questionamento das causas estruturais das desigualdades.

A intervenção era técnica e instrumental, baseada na ideia de que o assistente social poderia “corrigir” comportamentos desviantes e promover a moralização dos pobres.

► **Movimento de reconceituação e transição crítica (1960–1980)**

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil e na América Latina passou por um processo de questionamento profundo, conhecido como Movimento de Reconceituação. Essa fase é marcada por críticas ao modelo tradicional, impulsionadas pelo avanço das ciências sociais, pela influência das teorias críticas, especialmente do marxismo, e pelo contexto de intensas transformações políticas, como os regimes militares e as lutas sociais no continente.

Três tendências principais emergem neste período:

Modernizadora (ou tecnocrática):

- Influenciada pela teoria funcionalista.
- Buscava modernizar a prática profissional sem romper com o sistema.
- Valorizava a racionalização e o planejamento, inserindo o Serviço Social no desenvolvimento das políticas públicas.
- A intervenção continuava instrumental, mas incorporava técnicas de administração, diagnóstico social e planejamento de programas.